

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.057 - SP (2019/0235636-7)

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : MARIA DE LOURDES LOPES - SP077513  
VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS - SP153720  
CRISTIANO ZANIN MARTINS E OUTRO(S) - SP172730  
BRUNO SALES BISCUOLA - SP302602  
**AGRAVADO** : DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL  
**INTERES.** : ASSOCIACAO NACIONAL DOS PROCURADORES DA  
REPUBLICA  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO LUIZ YARSHELL - SP088098  
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA - SP210065  
LUIZA ORSOLON GALARDO E OUTRO(S) - SP376474

### DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial, por sua vez manejado contra acórdão assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Demanda ajuizada por ex-Presidente da Republica em face de Procurador da República, a este último atribuindo conduta abusiva e ilegal, ao dar publicidade a denúncia criminal, mediante entrevista coletiva que, segundo o autor, atingiu sua honra, já que teve seu nome relacionado à prática de diversos crimes no âmbito da investigação intitulada 'Operação Lava- Jato'.

Julgamento antecipado da lide - Providência acertada - Despicienda produção de provas oral e pericial para o deslinde da controvérsia - Correta aplicação do art. 355, I, do CPC.

Julgamento ultra petita - Inexistência. Ausência de afronta ao art. 10 do CPC. Defeito na representação processual do recorrido - Inexistência - Representação judicial através da Advocacia Geral da União - art. 22, caput, da Lei 9.028/95.

Decreto de improcedência - Inexistência de causa a justificar o reconhecimento do dano alegado - Publicidade do processo penal que atende ao disposto no artigo 93, IX, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004) e que, no caso concreto, a divulgação em caráter nacional decorreu da notoriedade do autor e da grande repercussão dos fatos - Inexistência de abuso nas expressões utilizadas na referida divulgação (maestro, comandante) que, aliás, inserem-se no próprio contexto da denúncia perpetrada que acabou sendo recebida e ensejou a prolação de sentença condenatória em desfavor do ora apelante (confirmada, com elevação da pena, pelo E. Tribunal Regional Federal 4ª Turma).

Utilização de programa digital (power point) na divulgação da denúncia - Ausência de abusividade - Informações que não detinham caráter sigiloso e não implicaram em condenação antecipada do denunciado (a quem, sabidamente, durante todo o trâmite da ação penal, foi assegurada a mais ampla defesa) - Representação instaurada em face do demandado, perante o órgão de classe que restou arquivada (aonde se decidiu pela inexistência de impedimento legal à divulgação de informações por membros do Ministério

Público, ressalvada hipótese de sigilo) - Ausência denexo causal a amparar a indenização postulada - Sentença mantida - Recurso improvido.

Além de dissídio jurisprudencial, sustenta violação aos artigos 10, 85, § 2º, 141, 369 e 492, do CPC de 2015; 22 da Lei n. 9.028/19995; 12, 17, 20, 186, 187 e 927, do CC.

2. Em face das circunstâncias que envolvem a controvérsia e para melhor exame do objeto do recurso, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo para **determinar a sua conversão em recurso especial**, sem prejuízo de novo exame acerca de seu cabimento, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2019.



Ministro Luis Felipe Salomão  
Relator